

O mau trata- mento psico- lógico da crian- ça:

ENSAIO
BREVE DE
INTRODUÇÃO
A UM CONCEITO
EMERGENTE

RESUMO

Aborda-se a emergência do conceito de mautratamento psicológico, procurando entendê-lo no quadro de uma estratégia de controlo social das práticas educativas que se têm vindo progressivamente a definir e a sofisticar desde finais do século XVIII. Relevando a dependência entre o progresso económico e as políticas de promoção do bem estar na infância, defende-se que os fenómenos de mautratamento tendem a representar cada vez mais um factor de irracionalidade nos sistemas sociais contemporâneos. Face à necessidade de se minimizarem as novas fontes de anomia que o progresso tecnológico criou, fez-se sentir de modo particularmente agudo a exigência de uma regulação mais apertada do processo de socialização da criança. O sistema de prevenção organizado em torno do conceito de maus tratos psicológicos procura, de alguma forma, responder a esse propósito, alargando o espaço legal de intervenção por parte da comunidade a aspectos mais significativos do relacionamento entre pais e filhos.

Philippe Ariés (1960), no seu livro *L'enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*, sustentava que a preocupação pelo bem estar da criança nasceu apenas com o advento da modernidade. Apoiando-se em múltiplos documentos escritos e inúmeros testemunhos pictóricos, o autor procurou demonstrar que no contexto das sociedades tradicionais prevalecia uma atitude de indiferença afectiva para com a criança. A infância era então uma condição que não despertava qualquer espécie de simpatia, atenção ou carinho particular. De forma geral, os pais investiam os filhos enquanto meros detentores de um valor instrumental, não sendo raro que as crianças fossem negligenciadas ou presas inocentes de bárbaros costumes como, por exemplo, o abandono, a venda e até o sacrifício ritual.

Esta versão dos factos é hoje questionada, nos seus traços essenciais, pelos dados da historiografia contemporânea (e.g. Mehl, 1990; Sahar, 1990). Com efeito, a exegese mais atenta dos textos, a interpretação mais cuidada das imagens, a análise das representações subjacentes às práticas educativas do passado indicam que a solicitude, o respeito e o envolvimento emocional nos cuidados prodigalizados à criança não representam, apenas, uma conquista dos tempos hodiernos. Pensamos, aliás, que tais atributos, regulados em larga medida por vectores de organização instintiva, possuem até certo ponto uma expressão independente dos circunstancialismos histórico-culturais.

Parece, todavia, inegável que a entrada na modernidade trouxe um novo enquadramento ao fenómeno

da infância. Durante muitas gerações, as pessoas viveram e cresceram num mundo organizado de acordo com os pressupostos das sociedades de tipo agrário. Imperava, então, o modelo da família alargada que se afirmava como o espaço quase exclusivo de socialização da criança. Era, efectivamente, no contexto desses aglomerados plurigeracionais que os indivíduos tendiam a efectuar o ciclo fundamental das aprendizagens, adquirindo os hábitos e os saberes práticos indispensáveis à sua integração no tecido social. Porém, com a chamada Revolução Industrial, fizeram-se sentir ventos de mudança que abalaram a estrutura e o modo de funcionamento da família. À medida que a produção de bens se transferiu dos campos para as unidades fabris, determinadas tarefas assumidas tradicionalmente pelo grupo familiar passaram a ser confiadas a instituições novas e especializadas. Foi, assim, por exemplo, que a escola apareceu a chamar para si um papel cada vez mais importante na educação da criança. Com efeito, a partir dos finais do século XVIII, assistimos à constituição e proliferação das redes de instrução pública dando-se azo a que surgisse um fenómeno típico das sociedades industrializadas: o da massificação do ensino.

Este fenómeno introduziu um princípio de partilha a nível das responsabilidades nos cuidados educativos prestados à criança. Na verdade, desde que a instituição escolar se afirmou como ponto de passagem obrigatória no ciclo vital dos indivíduos, a família deixou praticamente de representar o único dispositivo de formação básica dos mais novos, dividindo doravante

essa tarefa com a escola. E curiosamente, o papel que os sistemas formais de ensino chamaram para si não deixou de ganhar, com o tempo, uma importância crescente. Deste modo, pudemos ver, ao longo das décadas, diminuir paulatinamente a idade de entrada na escola, aumentar a duração dos anos lectivos e alongar-se o período da escolaridade básica.

O processo de educação em massa teve a acompanhá-lo a formulação de um tipo de discurso acerca da criança que, de alguma forma, ajudou a explicitar os quadros ideo-normativos de figuração da infância dominantes nos nossos dias. Jean Jacques Rousseau (1762/1973), repisando linhas de pensamento já presentes nas obras de autores como Fénelon, Comenius e Locke, marca com a publicação do célebre "Émile" um momento essencial dessa produção discursiva. O livro em causa apresenta uma proposta onde poderemos reconhecer os seguintes três pressupostos principais:

1. O período da infância corresponde a uma realidade psicológica bem definida. Quer isto dizer que a criança tem formas próprias de pensar, agir e sentir que não são entendíveis à luz dos quadros de referência do adulto. Por outras palavras, o filho do homem não se limita a ser um homem em ponto pequeno.

2. Enquanto condição de existência, a infância possui valor próprio. Ela representa um estado do ser e não um mero tempo de aprendizagem da vida adulta. O indivíduo tem direito à felicidade durante os anos do seu crescimento.

3. A infância constitui um período de crescimento ordenado, fluindo a um ritmo que se deve saber respeitar; importa que se deixe amadurecer a criança na própria criança.

Estes princípios condensam um ideário que se difundiu progressivamente nos séculos XIX e XX junto do grande público e que acabou por informar o núcleo básico das concepções relativas à infância nos paradigmas de ciências como a Psicologia, a Medicina, a Pedagogia a Sociologia ou o Direito. Na axiologia que lhes é implícita, colocam o bem estar infantil em posição de valor subordinante, definindo assim a matriz de um código à luz do qual foram sendo justificados e socialmente reconhecidos os direitos da criança.

SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E IMAGENS DA INFÂNCIA

A valoração social do bem estar da criança parece ser hoje suportada por toda uma série de dispositivos que englobam a criação artística, a produção científica, a reflexão filosófica, a difusão mediática e a ordenação jurídica dos comportamentos. Existe, sem sombra de dúvidas, uma sintonia entre várias modalidades de discurso que intervêm sinergicamente na elaboração de uma cultura de base propícia ao reconhecimento das necessidades inerentes à condição de existência infantil. Este estado de coisas responde, do nosso ponto de vista, a uma exigência que só poderá ser devidamente apreciada tendo em conta a noção de socialização política.

Introduzido por Greenberg

(1970), o conceito de socialização política refere-se ao processo pelo qual o indivíduo adquire atitudes, crenças ou valores harmonizados com os pressupostos do sistema de que é membro e sincronizados com os papéis que desempenha na comunidade. Ora, a experiência histórica mostra em profusão que o equilíbrio de um corpo social está directamente correlacionado com a sua capacidade para promover a socialização política dos seus elementos. Neste entendimento, sustentamos que a proliferação e interiorização dos discursos onde a sensibilidade ao bem-estar da criança é colocada na posição de valor proeminente funciona, na prática, como regulador de um sistema de representações e de condutas cuja efectividade parece ser vital para a sobrevivência das sociedades tecnológicas. Tal ideia transparece de forma

mais clara, quando consideramos a importância económica que o investimento educacional vem assumindo ao longo dos últimos séculos.

O PROGRESSO ECONÓMICO E O BEM- ESTAR DA CRIANÇA

Há cerca de duzentos anos, Adam Smith (1777/1988) escrevia que a especialização da mão de obra era a fonte principal de riqueza das nações. Relevando, de modo implícito, o valor que os sistemas de ensino assumem na qualificação da força de trabalho, esta ideia ganhou, com o tempo, um sentido e uma pertinência cada vez maior.

É sabido, por exemplo, que nos Estados Unidos, o aumento do PNB entre 1948 e 1982 se situou em valores correspondentes a uma taxa anual média de 3,2%. De-

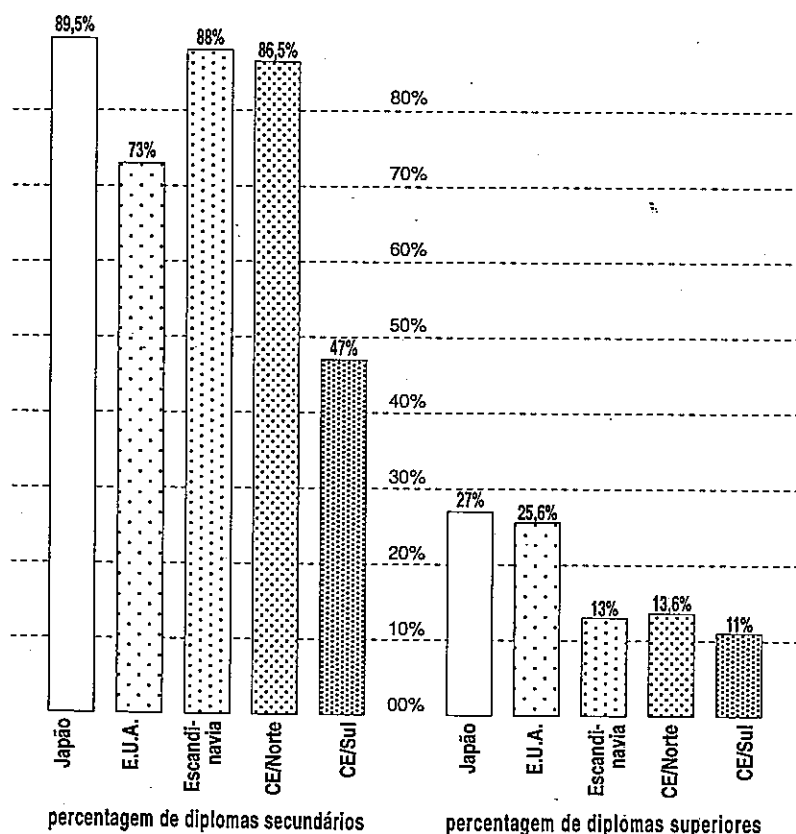


FIGURA 1.

Percentagem de alunos que alcançam o fim dos estudos secundários e superiores no Japão, nos Estados Unidos, nos países Escandinavos (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia), nos países do Norte da Comunidade Europeia (Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo, Holanda e Reino Unido) e do Sul (Portugal, Espanha, Grécia e Itália). Os dados são relativos ao ano lectivo de 1987-88 (OCDE, 1992)

nison (citado por Enlich e Garland, 1988), analisando essa taxa, pôde concluir que um terço dos ganhos alcançados é susceptível de ser explicado pela melhoria do grau de instrução básica da população; metade do crescimento resultou da inovação tecnológica e do aperfeiçoamento do *know-how* (note-se que estes dois factores dependem também da educação); somente 15% do aumento decorreu dos investimentos de capital.

Estes dados vão ao encontro das observações de Solow (citado por Marshall, 1987) que, conforme é do conhecimento geral, foi laureado nos anos oitenta com o Prémio Nobel da economia. Segundo a tese do autor, o crescimento económico depende muito pouco da poupança, e não consegue ser satisfatoriamente explicado pelo investimento do capital produtivo. De facto, estudando a evolução econó-

mica de 1909 a 1957, Solow discriminou o contributo das variáveis contidas nas rubricas inovação tecnológica como sendo as determinantes principais do crescimento norte-americano. É claro que estas variáveis estão, por sua natureza, intimamente relacionadas com o nível de formação escolar da força laboral. Não é, aliás, por acaso que um país como o Japão, sem recursos naturais excepcionalmente significativos, está hoje à beira de se tornar a maior potência económica do mundo. Na verdade, por trás das suas proezas industriais e comerciais encontramos uma população altamente educada (vide na figura 1 a comparação das percentagens de estudantes que alcançam o fim do ciclo de estudos secundários e superiores em vários países ou regiões do chamado mundo desenvolvido) onde o nível de literacia funcional

atinge valores extraordinários que se situam acima dos 95%.

Mas como se relaciona isto com a importância de um processo de socialização política que se encontra aparentemente organizado de maneira a cristalizar a preocupação pelo bem estar da criança no sistema de cuidados educativos prestados à infância?

Ninguém negará que o grau de instrução de uma comunidade está indissociavelmente ligado à eficácia dos dispositivos que asseguram a educação formal dos seus membros. Embora essa eficácia deva ser avaliada através de vários indicadores, a quantificação dos níveis de sucesso escolar representa, claramente, o parâmetro principal de aferição. Ora, um sistema de ensino pouco eficaz, que gera uma taxa anormalmente elevada de reprovações contraria o objectivo de se aumentar o

QUADRO 1: FACTORES QUE FAVORECEM O DESENVOLVIMENTO PSICOLÓGICO
(QUADRO ELABORADO A PARTIR DE CALDWELL E BRADLEY, 1984)

- 1- O desenvolvimento adequado requer um ambiente que assegure a gratificação das necessidades básicas da criança e a prestação dos cuidados indispensáveis à saúde e segurança.
- 2- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido por situações de elevada frequência de contactos com adultos envolvendo um número pequeno de adultos.
- 3- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela existência de um clima emocional positivo no qual ela aprenda a confiar nos outros e em si mesma.
- 4- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela existência de níveis óptimos de gratificação das necessidades.
- 5- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela provisão de inputs sensoriais variados e fornecidos a um nível de intensidade que não sobrecarrega as capacidades do sujeito para os recepcionar, classificar e responder.
- 6- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela existência de pessoas que respondem física, verbal e emocionalmente com suficiente clareza ou consistência de modo a permitir ao sujeito experimentar o exercício de comportamentos valorizados socialmente e vê-los reforçados quando ocorrerem.
- 7- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido por um ambiente contendo um mínimo de restrições sociais ao exercício da actividade motora e dos comportamentos de exploração.
- 8- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela organização cuidadosa do ambiente físico e temporal de modo a permitir que as expectativas relativas a eventos ou objectos possam ser revistas ou confirmadas.
- 9- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela provisão de experiências culturais ricas e variadas que sejam tornadas interpretáveis por pessoas consistentes com quem tais experiências são partilhadas.
- 10- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela disponibilidade de materiais de jogo que facilitem a coordenação dos processos sensorio-motores e por um ambiente que permita a sua utilização.
- 11- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pelo contacto com adultos que valorizam a realização (achievement) e promovem a diferenciação dos sistemas secundários de motivação relacionados com essa realização.
- 12- O desenvolvimento da criança pequena é favorecido pela programação cumulativa de experiências sintónicas com o nível de organização cognitiva, social e emocional do sujeito.

nível de qualificação da população, introduzindo um factor de irracionalidade na ordem económica e social. Entende-se, por isso, que as questões relativas ao sucesso escolar tenham ganho uma saliência crescente na esfera das preocupações políticas.

Todos reconhecem que a promoção do êxito dos alunos depende em grande parte da reforma da escola. Seria, contudo, simplista pensarmos que a mudança da instituição escolar é, por si só, condição suficiente para se erradicar o fenómeno do insucesso. Efectivamente, a pesquisa mostra à sociedade que os níveis de desempenho académico são afectados por um conjunto grande de factores entre os quais têm saliência as variáveis que definem o contexto ambiental de desenvolvimento dos estudantes.

Bradley e Caldwell (1984), com base numa extensa revisão da literatura, enumeram, a propósito, uma série de características do ambiente que, facilitando a elaboração das competências cognitivas e sociais dos sujeitos, acabam por favorecer a sua realização escolar. Nesse alongado rol (quadro 1), figuram aspectos relacionados com a satisfação das necessidades elementares, com a variedade da estimulação disponível, com a presença de restrições e de castigos, com as propriedades afectivo-emocionais do meio ou com o respeito da particularidade psíquica de cada criança.

Quando somos levados a ponderar nos elos que ligam o sucesso académico, as condições do desenvolvimento psicológico e o progresso das economias, entendemos mais facilmente que um discurso voltado para o respeito dos direitos

ou necessidades da criança se enquadra bem na racionalidade inerente aos sistemas sociais contemporâneos. Na realidade, ele tende a funcionar como suporte ideonormativo das práticas educativas que melhor se ajustam ao equilíbrio e crescimento económico das comunidades de hoje. É nesta linha geral de considerações que deveremos equacionar a importância que se vem atribuindo ao problema do mautratamento infantil.

O CONCEITO DE MAUTRATAMENTO NO CONTROLO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

O fenómeno do mautratamento infantil diz respeito a uma categoria de condutas dirigidas, em sua intencionalidade, para a criança e que abarcam actos de omissão ou de cometimento. Nos primeiros, temos as chamadas situações de negligência que se traduzem pela falta de prestação dos cuidados mínimos e essenciais. Nos segundos, há uma multiplicidade de casos que implicam o exercício efectivo de comportamentos onde avultam as formas de abuso sexual, as agressões viciosas e premeditadas, a tortura, a mutilação, as queimaduras não acidentais, etc.

Aceita-se, de um modo geral, que a configuração epidemiológica do mautratamento infantil estará subavaliada nas estatísticas. Com efeito, as sanções legais e os juízos morais condenatórios que impendem sobre os sujeitos maltratantes geram, compreensivelmente, processos de ocultação que escondem muitas das ocorrências críticas. Seja como for, ninguém duvidará que as crianças vítimas de maus

tratos tenderão a constituir, relativamente à população total, um grupo claramente minoritário. Aliás, tendo em conta as menções históricas feitas no início do artigo, arriscaremos mesmo dizer que esta característica terá sido uma constante em todas as eras do passado.

É inegável que só muito recentemente a ressonância pública da problemática dos maus tratos ganhou expressão sensível. De facto, foi a partir de meados dos anos setenta que explodiu o interesse pelo assunto, passando a ser desde então profusamente mencionado na imprensa e nos outros órgãos de comunicação. Curiosamente, uma sondagem realizada em 1976 nos Estados Unidos revelava a propósito que apenas 10% da população identificava o mautratamento como uma grave questão nacional; pouco tempo volvido, em 1982, a divulgação mediática do fenómeno havia feito subir essa percentagem para perto dos 90% (Wolfe, 1987). Tal evolução, que encontrará decerto paralelos em muitos outros países, surgiu como o corolário de um incremento das verbas estatais destinadas a apoiar as actividades de pesquisa, avaliação e publicitação do problema. O aumento destes recursos financeiros inscreveu-se, inequivocamente, no quadro de um processo de mudança das políticas até então adoptadas no controlo do fenómeno do mautratamento.

Desde finais do século XIX - altura em que começaram a aparecer as primeiras medidas legislativas atinentes à questão dos maus tratos - e até aos finais da década de sessenta, as estratégias de combate ao problema seguiram predominantemente uma linha de orientação punitiva. Utilizando os tri-

bunais como instrumento privilegiado de intervenção, as sociedades tenderam a perfilhar uma abordagem que se baseava essencialmente em decisões judiciais de retirada da tutela parental e de penalização dos indivíduos maltratantes (Giovannoni e Becerra, 1979). Todavia, com o tempo, estas opções foram dando lugar a uma perspectiva que propunha o investimento dos esforços na vertente da prevenção. A nova atitude, enfatizando o relevo da dimensão terapêutica, assentou as suas explicitações programáticas em três princípios chave:

1. Os pais que maltratam os filhos são pessoas susceptíveis de serem ajudadas.

2. Sempre que possível, a intervenção junto da criança vítima de maus tratos deverá ter como objectivo a alteração dos padrões inadequados de comportamento dos pais, sendo só de contemplar no último caso a decisão de retirada da custódia parental.

3. A óptica de prevenção primária guiará preferencialmente as políticas de abordagem do problema, recomendando-se, assim, que as acções interventivas possam ocorrer antes da emergência efectiva das situações de mautratamento; para tal exige-se a criação de um sistema eficaz de detecção das famílias em risco que permita agir atempadamente através de medidas de apoio social e psicológico.

É interessante notar que, sob o ponto de vista histórico, a emergência desta perspectiva acompanha de perto o aparecimento de inquietações públicas rela-

cionadas com a adaptação da criança à escola. Com efeito, num mundo onde a sofisticação tecnológica instituída pela chamada terceira revolução industrial fez da qualificação académica dos indivíduos um valor proeminente no mercado de trabalho, as situações de fracasso escolar ganharam saliência particular. Passando a ser crescentemente identificado com a indigência, a pobreza, o desemprego e a marginalidade, o fenómeno do insucesso perdeu o seu carácter de facto exclusivamente educacional para se tornar num problema social cada vez mais preocupante.

Entre as várias estratégias de combate ao insucesso na escola sobressaíram as propostas que salientavam a necessidade de se implementarem políticas sociais visando modificar as circunstâncias tidas como desfavoráveis ao desenvolvimento da criança. Ora, atendendo a que o enquadramento da questão dos maus tratos numa óptica de prevenção permite a abertura de espaço ao exercício de um controlo mais alargado e directo sobre as práticas educativas, entende-se o interesse político deste novo tipo de abordagem. Contudo, a sua viabilidade exigia que a própria extensão do conceito de mautratamento fosse dilatada de maneira a legitimar o princípio da intervenção junto das famílias cujos padrões de funcionamento são passíveis de indiciar riscos de deterioração nos cuidados prestados à criança. Foi, de certa forma, no contexto das redefinições ditadas por uma tal exigência que emergiu a noção de maus tratos psicológicos.

O CONCEITO DE MAUS-
TRATOS PSICOLÓGICOS:
SENTIDO DA SUA
EMERGÊNCIA

O interesse pelo bem-estar emocional da criança é, em grande parte, um sucedâneo da popularização de teorias que explicam a génese das formas mais sérias de doença mental a partir das vicissitudes experimentadas pelo indivíduo durante a infância. Esta ideia, tese central na maior parte dos paradigmas em Psicologia do Desenvolvimento, é muitas vezes invocada como justificação primeira do valor social inerente a uma política de prevenção do chamado mastratamento psicológico. Trata-se, aliás, de um tema ao qual se vem reconhecendo um significado cada vez maior. Nos Estados Unidos, por exemplo, um inquérito efectuado há pouco menos de 15 anos (Giovannoni e Becerra, 1979) pedia a um grupo representativo de psicólogos, de psiquiatras e de *leaders* da comunidade que avaliassem o grau de seriedade inerente a vários tipos de mastratamento; as agressões violentas e o abuso sexual foram tidas, pelos seus efeitos, como as mais sérias cabendo à categoria dos maus tratos psíquicos um modesto quinto lugar. Em 1987, a APA (*American Psychological Association*) situava esta categoria como objecto prioritário de preocupação, recomendando o incremento dos esforços de pesquisa e prevenção. As formas psicológicas do mastratamento infantil dizem respeito a comportamentos de abuso ou de negligência que, por definição, não envolvem fatalmente contacto físico entre o maltratante e o maltratado (Garbarino, 1980; Hart e Brassard, 1987). Para McGee

e Wolfe (1991), o universo abrangido por esta categoria de fenómenos é atinente a todos os padrões de comunicação verbal e não verbal que tendem a afectar o processo de desenvolvimento da criança. Nessa ordem de ideias, são potencialmente designáveis na classe dos eventos maltratantes os tipos de interacção social cujas características tendem a desfavorecer o curso normal da evolução cognitiva ou a obstaculizar a resolução adequada de tarefas desenvolvimentais importantes como, por exemplo, as relacionadas com a organização dos comportamentos de vinculação, a construção do sentido de autonomia, a diferenciação do *self*, a inserção no grupo de pares, a adaptação à escola...

As expressões de mau tratamento psicológico ocorrem em contínuos de variação onde os graus de severidade podem ter níveis diferentes (e.g. Claussen e Crittenden, 1991; Hart e Brassard, 1987). Se nas suas formas extremas, a incidência dos maus tratos psicológicos não andar, presumivelmente, muito longe dos valores conhecidos para a negligência e os outros tipos de mastratamento, as formas de gravidade menor, também com efeitos destrutivos comprovados, poderão ultrapassar o que é razoável tendo em conta a racionalidade dos sistemas sociais. De facto, um pouco por todo o lado, abundam os indicadores de disrupção que certos estudos têm mostrado estar associados a antecedentes de maus tratos psíquicos (e.g. Cicchetti, 1990; Garbarino, 1980; Navarre, 1987; Rohner e Rohner, 1980; Toth, Manly e Cicchetti, 1992; Wolfe, 1987). Referimo-nos, por exemplo, às taxas de insu-

cesso escolar, aos casos de inadaptção social, à vulnerabilidade à depressão, à desviância e criminalidade etc.

As fontes de anomia variam de época para época de acordo com os pressupostos que ordenam as relações sociais e produtivas dos indivíduos na comunidade. Ora, a integração plena da pessoa no mundo de hoje exige o desenvolvimento de competências e qualidades que não se esgotam na mera posse de saberes e habilidades técnicas. De facto, conforme Toffler (1980) destaca, as profundas transformações operadas nos últimos decénios vêm cada vez mais generalizando a necessidade de um tipo de homens e mulheres que aceitem assumir responsabilidades, que entendam co-

mo o trabalho próprio se articula com o dos outros, que se adaptem rapidamente a circunstâncias diferentes e que saibam estar sintonizados com as pessoas à sua volta. Neste sentido, aspectos como a aquisição de um espírito de confiança básica, de autonomia, de iniciativa, de empatia e de auto-disciplina possuem um valor crescentemente recompensado pelo sistema económico actual.

As práticas educativas que favorecem o desenvolvimento de tais características parecem, pois, ter chamado para si um papel importante na organização do equilíbrio social. Por esse motivo, entende-se melhor o interesse público da elaboração de mecanismos que intensifiquem o grau do controlo exercido sobre o modo co-

mo as crianças são educadas.

O sistema de intervenção preventiva que se tem progressivamente estruturado em torno do conceito de maus tratos psicológicos configura-se como um dos dispositivos destinados a responder a esta exigência. A sua emergência, aberta aos inescapáveis refinamentos nacionais com origem na produção legislativa, nas interpretações de carácter jurisprudencial e nos contributos da investigação científica, permitiu incrementar a regulação política do processo de socialização da criança, alargando o espaço efectivo de interferência da comunidade a aspectos mais subtis da relação entre os pais e os filhos. †

R E F E R Ê N C I A S

- Ariés, P., *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Plon, 1960.
- Bross, D. C., *The rights of children an national development: five models*, *Child Abuse & Neglect*, 15, 89-97, 1991.
- Caldwell, B. M. & Bradley, R. H., *Home Observation for Measurement of the Environment* (revised edition), Little Rock: University of Arkansas, 1984.
- Cicchetti, D., *The organization and coherence of socioemotional, cognitive and representational development: Illustrations through a developmental psychopathology perspective on Down syndrome and child maltreatment*, In R. Thompson (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (vol. 36), pp. 259-366, Lincoln, University of Nebraska Press, 1990.
- Claussen, A. H. & Crittenden, P. M., *Physical and Psychological maltreatment: Relations among types of maltreatment*, *Child Abuse & Neglect*, 15, 5-18, 1991.
- Enlich, E. & Garland, S. B., *Needed: Human capital*, *Business Week*, (Sept. 19), 136, 1988.
- Garbarino, J., *Defining emotional maltreatment: The message is the meaning*, *Journal of Psychiatry Treatment and Evaluation*, 2, 105-110, 1980.
- Giovannoni, J. & Becerra, R. M., *Defining Child Abuse*, New York, The Free Press, 1979.
- Greenberg, E. S. (1970), *Political Socialization*, New York, Atherton, 1970.
- Hart, S. N. & Brassard, M. R., *A major threat to children's mental health: Psychological maltreatment*, *American Psychologist*, 42, 160-165, 1987.
- Marshall, E., *Nobel Prize for theory of economic growth*, *Science*, 138, 754-755, 1987.
- McGee, R. A. & Wolfe, D. A., *Psychological maltreatment: Toward an operational definition*, *Development and Psychopathology*, 3, 3-18, 1991.
- Navarre, E. L., *Psychological maltreatment: The core component of child abuse*, In M. R. Brassard, R. B. Germain & S. N. Hart (Eds.), *Psychological Maltreatment of Children and Youth*, pp. 45-56. New York, Pergamon Press, 1987.
- OCDE, *Education at a Glance: OECD Indicators/Regards sur l'Éducation: Les Indicateurs de l'OCDE*, CERI: Paris (edição bilingue), 1992.
- Rohner, R. P. & Rohner, E. C., *Antecedents and consequences of parental rejection: a theory of emotional abuse*, *Child Abuse & Neglect*, 4, 189-198, 1980.
- Rousseau, J. J., *Emílio*, Lisboa, Europa América, 1762/1973.
- Smith, A., *A Riqueza das Nações*, São Paulo, Nova Cultural, 1777/1988.
- Toffler, A., *The Third Wave*, New York, 1980.
- Toth, S., Manly, J. T. & Cicchetti, D., *Child maltreatment and vulnerability to depression*, *Development and Psychopathology*, 4, 97-112, 1992.
- Wolfe, D. A., *Child Abuse: Implications for Child Development and Psychopathology*, Newbury Park, CA: Sage, 1987.